



**REFLEXOS DE UM ESPELHO COLONIZADO: colonização, eugenia e a  
estética do branqueamento**

**REFLEXES OF A COLONIZED MIRROR: colonization, eugenics, and the  
aesthetics of whitening**

**REFLEJOS DE UN ESPEJO COLONIZADO: colonización, eugenesia y la  
estética del blanqueamiento**

**Felisa Cançado Anaya<sup>1</sup> & Natália de Paula Narciso Rocha<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo investiga a formação histórica dos padrões estéticos hegemônicos no Brasil, analisando sua gênese no período colonial e sua reconfiguração através das teorias eugênicas no pós-abolição. Partindo do marco teórico da colonialidade do poder (Quijano) e dos estudos críticos sobre branquitude (Schwarcz, Bento), demonstramos como o ideal de embranquecimento foi operacionalizado através de três mecanismos principais: a implementação de políticas imigratórias seletivas que privilegiaram europeus entre 1890-1970; a medicalização de características fenotípicas negras e indígenas como "desvios" patológicos; e a institucionalização de hierarquias estéticas através de aparatos científicos, educacionais e midiáticos. A análise revela como esses processos convergiram para naturalizar a branquitude como padrão de humanidade, transformando traços corporais europeus em critérios implícitos de valor social, profissional e afetivo. O estudo

---

<sup>1</sup> Felisa Cançado Anaya é Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/Unimontes. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8063-5916>. Email: [felisaanaya@gmail.com](mailto:felisaanaya@gmail.com).

<sup>2</sup> Natália de Paula Narciso Rocha é Doutoranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/Unimontes. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6188-0759>. Email: [nataliaedpaula@gmail.com](mailto:nataliaedpaula@gmail.com).

contribui para compreender a permanência dessas estruturas na contemporaneidade, onde padrões eurocêtricos de beleza continuam a regular o acesso a oportunidades e o reconhecimento social.

**Palavras-chave:** Colonialidade; Eugenia; Padrões estéticos.

**Abstract:** This paper investigates the historical formation of hegemonic beauty standards in Brazil, examining their origins in the colonial period and their reconfiguration through eugenic theories in the post-abolition era. Drawing on the theoretical framework of coloniality of power (Quijano) and critical whiteness studies (Schwarcz, Bento), we demonstrate how the whitening ideal was operationalized through three key mechanisms: the implementation of selective immigration policies favoring Europeans between 1890-1970; the medicalization of Black and Indigenous phenotypic traits as pathological "deviations"; and the institutionalization of aesthetic hierarchies through scientific, educational and media apparatuses. The analysis reveals how these processes converged to naturalize whiteness as a standard of humanity, transforming European bodily features into implicit criteria of social, professional and affective worth. The study contributes to understanding the persistence of these structures today, where Eurocentric beauty standards continue to regulate access to opportunities and social recognition.

**Keywords:** Coloniality; Eugenics; Beauty standards.

**Resumen:** Este artículo investiga la formación histórica de los cánones hegemónicos de belleza en Brasil, analizando su génesis en el período colonial y su reconfiguración a través de teorías eugenésicas posabolicionistas. Fundamentado en la colonialidad del poder (Quijano) y los estudios críticos sobre blancura (Schwarcz, Bento), demostramos cómo el ideal de blanqueamiento se operacionalizó mediante tres mecanismos principales: políticas inmigratorias selectivas que privilegiaron europeos (1890-1970); la medicalización de rasgos fenotípicos negros e indígenas como "desviaciones" patológicas; y la institucionalización de jerarquías estéticas a través de aparatos científicos, educativos y mediáticos. El análisis revela cómo estos procesos naturalizaron la blancura como patrón de humanidad, transformando rasgos europeos en criterios implícitos de valor social, profesional y afectivo. El estudio contribuye a comprender la permanencia de estas estructuras en la actualidad, donde los cánones eurocéntricos siguen regulando el acceso a oportunidades y el reconocimiento social.

**Palabras clave:** Colonialidad; Eugenesia; Cánones estéticos.

218

## INTRODUÇÃO

*Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto  
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto  
É que Narciso acha feio o que não é espelho  
“Sampa” - Caetano Veloso*

A construção dos ideais de beleza no Brasil está profundamente vinculada nos processos históricos de colonização e na consolidação das hierarquias raciais. Desde a invasão europeia nas Américas, padrões estéticos eurocêntricos foram impostos como referências universais de humanidade, civilidade e beleza, operando não apenas sobre territórios e economias, mas também sobre corpos e imaginários dos povos subjugados. A colonização, ao classificar corpos racializados como inferiores, estabeleceu uma relação intrínseca entre estética e poder, onde a branquitude tornou-se sinônimo de valor social e legitimidade.

No contexto brasileiro, essa imposição estética encontrou continuidade no final do século XIX e início do XX com o movimento eugenista, que buscou institucionalizar o embranquecimento da população como estratégia de "modernização". Sob o véu de ideais pseudocientíficos, a brancura foi naturalizada como símbolo de beleza, progresso e civilização, enquanto corpos negros e indígenas foram sistematicamente marginalizados em discursos, imagens e práticas sociais. Como demonstra Schwarcz (1993), a eugenia no Brasil não apenas reforçou hierarquias raciais, mas também consolidou um projeto nacional que associou estética a ideais de pureza e superioridade.

Para analisar criticamente essa trajetória, este artigo adota uma abordagem qualitativa e teórico-conceitual, articulando três eixos metodológicos: 1) revisão bibliográfica crítica de autores fundamentais como Quijano, Fanon, Mbembe e Gonzalez, que discutem colonialidade, raça e branquitude; 2) análise histórica dos mecanismos de imposição estética eurocêntrica, desde a colonização até a eugenia brasileira; 3) discussão decolonial das resistências estéticas contemporâneas, com ênfase na insurgência de corpos racializados.

A formação da estética nacional esteve, e ainda está intrinsecamente ligada a projetos de exclusão e hierarquização racial. A metodologia proposta permite desvelar as continuidades entre passado e presente, articulando: a colonialidade do poder (Quijano, 2000), que revela como a raça se tornou um instrumento de classificação social e dominação que sustenta a perpetuação dessas hierarquias; e a história da eugenia (Schwarcz, 1993), que ilustra a instrumentalização da ciência para fins racistas.

Partimos da premissa de que a beleza, longe de ser um conceito neutro ou universal, é um dispositivo de dominação que atua na manutenção das desigualdades. Neste artigo, adotamos uma perspectiva decolonial, capaz de

desvelar as continuidades entre passado e presente, como a persistência do ideal branco na mídia, no mercado de trabalho e nas subjetividades (Bento, 2022).

Nesse sentido, a discussão proposta neste artigo não se limita à crítica histórica. Buscamos, também, destacar as resistências estéticas protagonizadas por populações racializadas, que ressignificam traços negados e desafiam o espelho colonizado. Ao tensionar os padrões hegemônicos, essas práticas insurgentes revelam a beleza como campo de luta política e afirmação de existências plurais.

### **PROCEDIMENTOS Metodológicos**

Este artigo adota a abordagem qualitativa como caminho central de investigação, entendendo-a como possibilidade de interpretar sentidos, valores, crenças e historicidades (MINAYO, 2002). A metodologia qualitativa permite construir uma reflexão crítica acerca de fenômenos sociais complexos, situando-os em sua dimensão histórica e relacional.

A pesquisa se fundamenta em um levantamento bibliográfico e documental de caráter interdisciplinar, contemplando obras clássicas e contemporâneas no campo das ciências sociais, da história, da filosofia e dos estudos de gênero e raça. Essa etapa possibilitou mapear as principais produções teóricas sobre colonização, eugenia, estética e branquitude, articulando diferentes perspectivas teóricas para a análise.

O artigo parte do pressuposto de que o objeto das ciências sociais é histórico (MINAYO, 1994), o que implica compreender o presente em diálogo com o passado. Por isso, a retomada da eugenia, movimento científico e político que orientou práticas sociais no Brasil pós-abolição, é indispensável para analisar a consolidação da estética do branqueamento como reflexo de um espelho colonizado. A eugenia não apenas reforçou estereótipos raciais, como também naturalizou hierarquias que privilegiaram a branquitude e marginalizaram corpos negros, indígenas e mestiços.

Nosso esforço analítico ancora-se em referências do pensamento decolonial, como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Lélia Gonzalez, Maria Lugones e Frantz Fanon, além de autoras e autores que discutem raça, gênero e estética, como Sueli Carneiro, bell hooks, Grada Kilomba, Amanda Braga, Giovanna Xavier e Umberto Eco. O diálogo com essas obras permite compreender como a

colonização e a eugenia se articularam na produção de ideais de beleza hegemônicos e como tais ideais se desdobram em processos de exclusão, dominação e silenciamento de mulheres racializadas.

Assim, o objetivo central do artigo é analisar como a colonização e a eugenia sustentaram a construção da estética do branqueamento, estabelecendo padrões de beleza que atravessam o presente e produzem efeitos simbólicos e materiais sobre mulheres não-brancas. Para isso, a pesquisa apoia-se em fontes bibliográficas e documentais, privilegiando o diálogo crítico entre história, sociologia e estudos decoloniais.

### **A UNIVERSALIZAÇÃO: herança da história**

O ano de 1492 marca não apenas a chegada de Cristóvão Colombo às Américas, mas o início de um processo de colonização que redefiniu radicalmente as identidades, corpos e subjetividades dos povos originários. Como destaca Todorov (2010), o século XVI foi palco do maior genocídio da história humana, sustentado por uma lógica de dominação que classificou indígenas e africanos como "selvagens" ou "escravos em potencial". Essa violência não se limitou ao extermínio físico, foi criado um sistema de classificação racial que justificou a exploração e naturalizou uma suposta superioridade europeia.

A violência colonial não se limitou ao extermínio físico, mas criou um sistema simbólico que associava traços europeus à perfeição estética e moral. O sujeito branco, especificamente o homem europeu, foi “criado” e personificado nesse contato com povos distintos. Diante da diferença marcada pela cor da pele, rapidamente se estabeleceu um processo de racialização que classificou e hierarquizou. Como explica Quijano (2021), a racialização foi, e continua sendo, um mecanismo necessário à dominação. Novas identidades foram instituídas: “negro”, “índio”, “mestiço”, “amarelo” e, em contraste, a criação do sujeito universal, não racializado, o *homem branco europeu* considerado plenamente humano, enquanto os outros eram animalizados e objetificados. A colonização, assim, produziu identidades geopolíticas que serviram como instrumentos de exploração.

## A CONSTRUÇÃO colonial da raça

A noção de raça, segundo pensadores como Quijano (2021) e Mbembe (2018), foi constituída no contexto colonial como forma de justificar a dominação e a exploração dos povos colonizados. A classificação racial permitiu a criação de hierarquias sociais baseadas na suposta superioridade dos europeus, contribuindo para a consolidação do eurocentrismo e da hegemonia europeia no mundo. É nessa perspectiva que alguns povos passaram a ser racializados, enquanto os povos que racializavam, os europeus, se consolidavam como universais.

A escravidão que foi imposta aos negros africanos e aos povos indígenas nas Américas trouxe consequências que até os dias atuais não foram extintas. Quijano (2021), com o termo *colonialidade do poder*, elucida um padrão de poder eurocêntrico existente em todo mundo e que perdura. O colonialismo, de acordo com o autor, foi o cenário que possibilitou a constituição da ideia de raça como instrumento universal de classificação social de toda população do planeta, resultando no eurocentrismo, a Europa como centro do mundo.

Europa se hizo, en esas condiciones, también el centro de la elaboración intelectual de la experiencia colonial/moderna del conjunto del capitalismo. El resultado fue el eurocentrismo, una perspectiva de conocimiento tributaria por igual de las necesidades capitalistas de desmistificación del pensamiento sobre el universo y de las necesidades del Blanco de legitimar y perpetuar su dominación/explotación sobre las demás razas como superioridad natural. Eso incluía la apropiación de las conquistas intelectuales y tecnológicas de los pueblos colonizados. Pero, sobre todo, un modo de imponer sobre ellos un distorsionante espejo que les obligara a verse con el ojo del dominador. El eurocentrismo ha tenido plena hegemonía mundial, aunque siempre contestada dentro y fuera de Europa. (QUIJANO, 2000, p. 48)

A universalização é uma marca central do sistema colonial, manifestando-se nos âmbitos político, econômico, epistemológico, de gênero e na própria hierarquização dos povos e do sujeito. A universalização se caracteriza como herança da colonização e símbolo do colonialismo.

Nesse processo, portanto, a Europa se constituiu como centro do capitalismo moderno e da elaboração intelectual da experiência colonial, impondo aos povos subalternos um “espelho distorcido” que os obrigava a se enxergar com o olhar do dominador. A criação do sujeito universal, o homem branco europeu, representou a consolidação da dominação epistemológica e subjetiva de outros povos. Para

Fanon (2008), as relações entre colonizados e colonizadores moldaram subjetividades marcadas pela inferiorização do negro e pela centralidade do branco como ser humano “pleno”.

No Brasil, esse sistema se enraizou de forma particularmente perversa. Durante quase quatro séculos de escravidão (1530-1888), como analisa Mbembe (2018), o corpo negro foi sistematicamente explorado e marcado como sinal de degeneração. Bell hooks (2020) lembra que os navios negreiros funcionaram como espaços de preparação brutal para o mercado escravista, arrancavam-se nomes, línguas e vínculos culturais, destruindo a dignidade humana e transformando pessoas em mercadorias. Esse processo visava não apenas à exploração econômica, mas também à erradicação das culturas africanas.

A fim de tornar seu produto vendável, o escravizador precisava garantir que nenhuma criada negra recalcitrante envenenasse a família, matasse crianças, incendiasse a casa ou oferecesse resistência de qualquer outra forma. A única garantia que ele poderia dar era baseada em sua habilidade de domar a pessoa escravizada. Sem dúvida, a experiência vivida no navio negreiro tinha um impacto psicológico tremendo nas mulheres negras e nos homens negros. A rota da África para a América era tão horrível que somente sobreviviam as mulheres e homens que conseguiam manter o desejo de viver, apesar da condição opressora em que estavam. (bell hooks, p. 44, 2020)

223

A abolição da escravidão no Brasil, último país da América Latina a decretar o fim desse sistema, não teve outra finalidade senão perpetuar a segregação dos negros na sociedade. Dessa forma, a abolição não solucionou o ‘problema’ da escravidão, ela inaugurou novas formas de exclusão. Nascimento (2016) demonstra que os negros libertos foram lançados à marginalidade, sem acesso à terra, educação ou trabalho digno, enquanto o Estado incentivava políticas de branqueamento.

O período pós-abolição consolidou o que Moura (2019) chamou de projeto de “Brasil branco e capitalista”. A imigração europeia em massa, associada a ideais eugênicos, promoveu um ideal civilizatório que vinculava branquitude ao progresso e à modernidade. Nesse cenário, os negros foram relegados às margens sociais, ocupando funções mal remuneradas e vivendo nas periferias. Fernandes (2013) observa que a miscigenação, inicialmente utilizada para ampliar a população escravizada, tornou-se também estratégia de embranquecimento. Embora propagada como integração e igualdade racial, essa fusão nunca eliminou a desigualdade, pois a sociedade foi construída pelo branco e para o branco.

A chamada “democracia racial”, como evidencia Fernandes (2013), serviu, na prática, para naturalizar desigualdades e legitimar a indiferença diante da miséria da população negra. A abolição, por sua vez, isentou senhores, Estado e Igreja de qualquer responsabilidade, deixando os recém-libertos sem amparo, solidariedade ou justiça social. Segundo Abdias Nascimento (2016), o mito da democracia racial foi disseminado por muitos anos no Brasil e surgiu como estratégia para retirar a identidade do negro brasileiro, criando a ilusão de múltiplas raças e de uma igualdade social que, na prática, jamais existiu.

Devemos compreender a “democracia racial” como a metáfora perfeita para designar o racismo à brasileira, não tão explícito quanto o racismo nos Estados Unidos, nem formalizado como o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, ao mesmo tempo em que se manifesta de maneira difusa e profundamente enraizada no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural do país.

Desde a classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores até o enaltecimento da miscigenação como tentativa de erradicar a “mancha negra”; desde a operatividade do sincretismo religioso até a abolição legal da questão negra via a Lei de Segurança Nacional e a omissão censitária — todos esses métodos e recursos ilustram a história não oficial do Brasil e o genocídio prolongado perpetrado contra o afro-brasileiro. Essa monstruosa máquina, ironicamente chamada de “democracia racial”, concede aos negros um único “privilégio”: o de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra de ordem desse imperialismo da brancura, acompanhado do capitalismo que lhe é inerente, aparece sob nomes como assimilação, aculturação e miscigenação; porém, sob a superfície teórica, permanece intacta a crença na inferioridade do africano e de seus descendentes (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

A democracia racial, portanto, emergiu como uma teoria durante os processos de miscigenação no Brasil e ganhou projeção mundial por meio das obras de Gilberto Freyre. De acordo com Sueli Carneiro (2020), esse processo de miscigenação foi imposto mediante violência, com o objetivo de apagar a “mancha negra” deixada pelo sistema escravocrata, funcionando como instrumento de branqueamento da população e de construção de uma identidade socialmente aceita no imaginário da sociedade.

O processo de branqueamento, aliado ao mito da democracia racial, ocultou a violência e a exploração impostas aos povos colonizados, perpetuando a estrutura social hierárquica. As oportunidades emergentes não foram destinadas à população negra, mas àqueles situados como raça dominante. A racialização,



portanto, constituiu-se como tecnologia fundamental do poder colonial, assegurando a manutenção das desigualdades de renda, prestígio e poder.

### **BRANQUITUDE como herança colonial**

O sistema colonial estabeleceu as bases para o que Charles Mills (1999) denominou de "contrato racial", um acordo tácito que estruturou as relações globais de poder a partir de uma hierarquia racializada. Diferentemente do contrato social clássico, que fundamentava as sociedades modernas em princípios de igualdade formal, o contrato racial operou como um mecanismo político, moral e epistemológico de exclusão, criando e mantendo privilégios brancos em escala global.

Na análise de Mills, esse contrato invisível, mas eficaz, reconfigurou os princípios iluministas para justificar a exploração colonial. Não se tratava apenas de um sistema de dominação baseado na cor da pele, mas de uma complexa estrutura de poder que naturalizou a superioridade branca através de discursos científicos, religiosos e filosóficos cuidadosamente elaborados. Esses discursos estabeleceram privilégios materiais no acesso a recursos e posições de poder, enquanto criavam uma epistemologia racializada que validava apenas saberes eurocêntricos, marginalizando outros modos de conhecimento.

A branquitude, neste contexto, emerge não como mera característica fenotípica, mas como posição social privilegiada. Como demonstra o autor, ser branco significa ocupar um lugar específico na estrutura de poder, lugar esse que confere vantagens sistêmicas no acesso a recursos materiais como terra, riqueza e emprego, além de capital simbólico como educação e representação midiática, e poder político na tomada de decisões e formulação de políticas públicas.

Embora os estudos sobre branquitude tenham se consolidado nos Estados Unidos na década de 1990, no Brasil esse campo de pesquisa ganhou força apenas a partir dos anos 2000, revelando a importância crítica de examinar a construção social da brancura e seus mecanismos de poder. Como destacam Maria Aparecida Silva Bento e Lia Vainer Schucman, a análise da branquitude no contexto brasileiro apresenta desafios conceituais específicos. Schucman (2020) argumenta que "ser branco" no Brasil transcende a simples questão genética, constituindo-se antes como uma posição social privilegiada que se mantém e reproduz na

contemporaneidade, herdeira direta do colonialismo e do imperialismo (SCHUCMAN, 2020, p. 61).

A particularidade da branquitude brasileira manifesta-se na centralidade do fenótipo como marcador social. Diferentemente de outros contextos nacionais, no Brasil a branquitude se define mais pela aparência e performance social do que por critérios biológicos estritos. Como observa Sovik (2009), vive-se no país uma curiosa contradição, enquanto a negritude é amplamente reconhecida e marcada, a branquitude permanece como categoria não declarada, camuflada pelo mito da democracia racial e pela valorização da mestiçagem. Essa invisibilidade estratégica, no entanto, não diminui seu poder estrutural.

A branquitude é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato de nariz e tipo de cabelo. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do estatuto social. Brancos brasileiros são brancos nas relações sociais cotidianas: é na prática — é a prática que conta — que são brancos. A branquitude é um ideal estético herdado do passado e faz parte do teatro de fantasias da cultura de entretenimento. (SOVIK, 2009, p. 50)

226

A branquitude opera como um conjunto de práticas sociais que conferem privilégios materiais e simbólicos. De acordo com Bento (2022), trata-se de um sistema historicamente construído que posiciona determinados indivíduos no topo da hierarquia social, independentemente de sua ancestralidade genética. Nesse sentido, a branquitude brasileira revela-se particularmente complexa, um mesmo indivíduo pode ser considerado branco em determinados contextos sociais e não-branco em outros, dependendo de seu capital econômico, cultural e social.

Essa construção social do branco no Brasil não pode ser compreendida fora do marco teórico foucaultiano. Como lembra Foucault (1993), o poder não reside em indivíduos isolados, mas circula através de redes institucionais e simbólicas que constituem tanto os sujeitos quanto as relações entre eles. A branquitude, nessa perspectiva, manifesta-se como um efeito de poder que se atualiza cotidianamente nas interações sociais, nas instituições e nos discursos que naturalizam privilégios.

A discussão sobre padrões de beleza não pode ser dissociada da branquitude. De acordo com Lia Schucman (2020), a branquitude se constrói como norma estética, política e cultural, produzindo privilégios e naturalizando a

centralidade da experiência branca como universal. A beleza branca não se apresenta como um “padrão” entre outros, mas como o parâmetro de humanidade, relegando as demais corporalidades à diferença e, muitas vezes, à inferioridade. Nesse sentido, discutir a estética do branqueamento implica não apenas olhar para as mulheres racializadas e seus enfrentamentos, mas também para os lugares de poder e privilégio ocupados pelos sujeitos brancos que impõem, legitimam e se beneficiam desses padrões.

A desnaturalização desses processos coloniais revela como a universalização da branquitude foi projeto intencional, mantido através de mecanismos variados ao longo da história. Compreender essa trajetória é fundamental para desconstruir hierarquias estéticas que continuam a moldar subjetividades e relações sociais no Brasil contemporâneo.

### **SOBRE A BELEZA E A FEIURA: uma construção**

A concepção de beleza sempre foi um fenômeno histórico e cultural mutável, profundamente vinculado às estruturas de poder. Segundo Eco (2013), o belo nunca foi uma categoria neutra, mas um constructo social que reflete hierarquias e valores dominantes. Na tradição ocidental, estabeleceu-se uma dicotomia onde a beleza foi associada à virtude e moralidade, enquanto a feiura representava a degeneração e a marginalidade.

O sistema colonial intensificou essa lógica ao racializar os padrões estéticos. No contexto brasileiro pós-abolição, a eugenia emergiu como ferramenta científica para justificar o branqueamento populacional. Como analisa Schwarcz (1993), o movimento eugenista brasileiro, influenciado por teorias europeias, promoveu uma verdadeira "engenharia racial" sob o pretexto de modernização nacional.

### **A 'CURA DA FEALDADE': Medicina, Eugenia e Controle Estético**

A categoria do feio não se limitava à mera ausência de beleza, mas constituía um conceito ativo de exclusão social. Seguindo o entendimento de Eco (2013), o feio era associado não apenas ao que destoava dos cânones estéticos vigentes, mas principalmente ao que era considerado moral e socialmente

indesejável, os corpos marcados pela doença, pela pobreza ou pela diferença étnica. Nessa lógica, a feiura tornava-se justificativa para a marginalização e, em casos extremos, para projetos de erradicação dos considerados "indesejáveis", como revelam os estudos sobre eugenia de Stepan (2005).

Importante ressaltar que esses padrões variavam significativamente entre diferentes culturas e períodos históricos. O que a sociedade ocidental colonial classificava como belo (pele clara, traços europeus), era frequentemente distinto dos ideais estéticos de povos africanos, asiáticos ou indígenas, como destacam os estudos decoloniais de Quijano (2000). Essa relatividade cultural da beleza, no entanto, foi sistematicamente negada pelo projeto colonial, que impôs seus padrões como universais através de mecanismos que iam da educação à violência física a imposição cultural do universalismo europeu.

A construção social da beleza, longe de ser um fenômeno natural, transformou-se em instrumento político do colonialismo e do capitalismo emergente. Como analisa Eco (2013), o que então foram conceitos relativos e culturalmente situados, tornaram-se, a partir do século XIX, categorias racializadas e mercantilizadas. A beleza deixou de ser mero atributo estético para se converter em marcador de humanidade, onde ser belo equivalia a ser plenamente humano, e ser branco significava ser belo por excelência.

228

O movimento eugenista no Brasil, conforme Schwarcz (1993), surgiu em 1910 como expressão local de um fenômeno global, articulando ciência, política e estética num projeto de "higiene racial". A elite brasileira, ávida por modelos europeus, assimilou rapidamente as teorias raciais que pregavam a superioridade branca. Renato Kehl, principal ideólogo dessa corrente, defendia em seu Boletim de Eugenia (1929) a criação de "uma humanidade equilibrada, composta de indivíduos fortes e belos.

No Brasil, a eugenia não foi apenas uma corrente de pensamento científico, mas um projeto político de Estado no pós-abolição. Discursos higienistas e eugenistas legitimaram políticas de imigração europeia, defendendo o embranquecimento como destino civilizatório da nação. De acordo com Schwarcz (1993), a ideia de que a miscigenação progressiva apagaria a presença negra estruturou imaginários e práticas sociais no país. Essa herança eugenista não apenas reforçou a hierarquia racial, mas também consolidou a beleza branca como horizonte desejável, apresentando os traços negros e indígenas como marcas a serem corrigidas, eliminadas ou "melhoradas".

Abaixo colocamos um trecho do Volume I, Número 4 do Boletim de Eugenia (1929), onde Renato Kehl resume o que a eugenia pretendia.

A EUGENIA tem por fim cooperar para o aumento progressivo dos homens physica, psyquica e moralmente sadios; para a diminuição paulatina do contingente dos fracos, doentes e degenerados, - concorrendo, desse modo, para a constituição de uma sociedade mais sã, mais moralizada, em summa, uma humanidade equilibrada, composta de indivíduos fortes e bellos, elementos de paz e de trabalho. (KEHL, 1929, p. 1)

O final do século XIX e início do século XX foram anos de construção da identidade do povo brasileiro, uma intensa movimentação social, política e econômica procurava construir um país cada vez mais parecido com a Europa. E os movimentos eugenistas articulados em grupos e pela divulgação do Boletim, procurava direcionar as elites brancas e ricas para a constituição de uma sociedade embranquecida, rica e eurocêntrica.

Desde o fim da escravidão em 1888, houve políticas de incentivo de imigrações dos europeus para o Brasil, com a finalidade de embranquecer a sociedade e formar um país que se distanciasse da “mancha negra” deixada pelos quase 4 milhões de negros que viviam no país no período da pós abolição. A maioria dos imigrantes que desembarcaram no Brasil no período de 1890 a 1970, foram de italianos e alemães, que já chegaram ao país “ganhando” terras e possuindo mais direitos que a população racializada do país. Estima-se que mais de 9 milhões de europeus deixaram seu continente rumo à América com a promessa de (re) “fazer América”.

Skidmore (2012), escreve que o período pós abolição, marca a tese brasileira do branqueamento, essa se baseava no princípio do pressuposto da superioridade branca, como uma raça mais adiantada e mais civilizada. O número de negros estava diminuindo pelo aumento da miscigenação, segundo o autor porque os genes brancos eram mais predominantes e porque as pessoas escolhiam ou eram destinadas a escolher parceiros mais claros, assim a imigração branca europeia traria, portanto, o resultado de um predomínio branco no país. Porém, segundo Gonzalez (2020), esse era um pensamento imperialista e colonialista pois pressupunha que o negro só existia na África ou nos Estados Unidos e excluía os mestiços e pardos da categoria negro, o que nos países latino-americanos e especificamente no Brasil, o pardo e o mestiço, ou as várias tonalidades de cor do negro, o fazem ser negro.

A constituição da América Latina, para Gonzalez, é caracterizada pela formação de um racismo disfarçado, um racismo “suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento.” (GONZALEZ, p. 131, 2020).

A pintura "A Redenção de Cam" (1895) de Modesto Brocos tornou-se ícone visual desse projeto. Como analisa Roncolato (2018), a obra celebrava o embranquecimento geracional através da miscigenação controlada, utilizando a mesma narrativa bíblica (Gênesis 9) que justificara a escravidão. Essa "solução estética" para o "problema racial" brasileiro escondia, nas palavras de Gonzalez (2020), um "racismo sofisticado" sob o mito da democracia racial, que mantinha negros e indígenas em posição subalterna enquanto pregava a harmonia entre as raças.

A ciência desempenhou papel crucial nesse processo ao produzir saberes que naturalizavam a superioridade branca. Como demonstram Quijano (1999) e Kilomba (2019), o conhecimento científico hegemônico nunca foi neutro, mas situado, um instrumento de poder colonial que reforçava estereótipos e hierarquias. Os critérios de beleza eurocêntricos (pele clara, traços finos, cabelos lisos) foram elevados à condição de universal através de uma complexa rede que incluía desde a medicina até a educação e a mídia. Mas essa, representa os interesses e o poder da colonização, reforça os estereótipos criados ao longo do tempo sobre a beleza e concretiza um padrão de beleza branco, magro e jovem. Os brancos que operam a partir da colonização do poder, do saber e do ser, se sentem superiores aos demais povos, seus interesses e padrões de poder são assegurados pela estrutura, que é racista.

A ideologia do branqueamento, além de causar a inferiorização do grupo negro, causa também a auto rejeição da pessoa negra, ou seja, a internalização nas pessoas negras de que são inferiores e nas pessoas brancas de que são superiores, é o que Bento (2022), denomina de privilégio simbólico.

Na contemporaneidade, movimentos negros têm desafiado esses padrões ao ressignificar traços físicos historicamente estigmatizados. Como observa Bento (2022), o alisamento químico dos cabelos cacheados não é simplesmente uma escolha estética, mas uma "tecnologia de disciplinamento corporal" que reproduz a violência epistêmica do racismo (p. 117). Quando uma mulher negra sente a queimadura do produto químico no couro cabeludo, ela experimenta literal e

simbolicamente o apagamento de sua identidade. Essa análise revela como os corpos negros foram transformados em territórios de disputa política, onde a aceitação social é negociada através da automutilação estética. A rejeição aos alisamentos químicos e a valorização do cabelo crespo representam muito mais que uma mudança estética, são atos políticos de insurgência contra a colonialidade do ser, como bem analisa a autora ao discutir os "pactos da branquitude" que permeiam as relações sociais no Brasil.

Compreender a disputa estética como território político é fundamental para desestabilizar o imaginário colonial que ancora o racismo estrutural. Ao reivindicar a valorização dos traços negados historicamente, a pele retinta, o cabelo crespo, os narizes largos, as populações racializadas subvertem o espelho colonizado e inscrevem novas narrativas de pertencimento. A beleza deixa de ser um adorno para se tornar afirmação de existência.

## CONSIDERAÇÕES finais

*A Europa é indefensável.*  
Aimé Césaire

231

A reflexão proposta neste artigo evidenciou que a colonização e a eugenia não se limitaram a práticas históricas do passado, mas constituíram bases estruturantes da *estética do branqueamento* no Brasil. Esse processo instituiu a branquitude como padrão de beleza e como medida de humanidade, ao mesmo tempo em que relegou mulheres negras, indígenas e mestiças à condição de feiura e desumanização.

A análise demonstrou que a eugenia foi um dispositivo central nesse projeto, legitimando o embranquecimento como política de Estado e como horizonte desejável para a população. Nesse sentido, o corpo feminino foi mobilizado como campo privilegiado de intervenção, tanto pela imposição de ideais estéticos eurocêntricos quanto pela pressão simbólica e material para a reprodução de uma nação mais branca.

Observamos, ainda, que tais práticas foram perpetuadas pela mídia, pela indústria da beleza e pela cultura de consumo, que transformaram o ideal eurocentrado em mercadoria globalizada. O alto índice de cirurgias plásticas no Brasil, a medicalização dos corpos e a insatisfação estética feminina revelam

como esse padrão, longe de ser mero gosto, opera como forma de controle e adoecimento das mulheres.

Entretanto, como destacam perspectivas decoloniais, a beleza não pode ser compreendida apenas como imposição, mas também como campo de resistência. Mulheres racializadas têm contestado o espelho colonizado, ressignificando seus corpos, seus cabelos, seus traços e seus modos de existir, produzindo outras estéticas ancoradas na ancestralidade, na coletividade e na afirmação da diferença.

Dessa forma, discutir beleza implica reconhecer que se trata de uma categoria política, atravessada por raça, gênero e classe. A estética do branqueamento não é neutra: é resultado de um projeto colonial de poder que se atualiza nas formas contemporâneas de racismo e sexismo. Romper com essa lógica exige tensionar tanto as práticas institucionais quanto os imaginários sociais que sustentam a hegemonia da branquitude.

Pensamos, portanto, que repensar a beleza em uma perspectiva decolonial significa deslocá-la do lugar de universalidade e transformá-la em campo de pluralidade. Ao reivindicar novos modos de ser e de se ver, as mulheres racializadas não apenas denunciam os limites do espelho colonizado, mas também constroem outras narrativas, nas quais o belo não é imposição, mas potência de existência.

232

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução de Marco Estevão. 3a edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / Iray Caroline e Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. *O pacto da branquitude*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOLETIM DE EUGENIA. Ano 1, n. 1, jan. 1929. Disponível em: <https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim-de-eugenia-1>. Acesso em: 4 set. 2025.



BRAGA, Amanda Batista. *História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas*. – São Carlos: EdUFSCar, 2020.

BRAGA, Amanda Batista. *Retratos em Preto e Branco: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CARNEIRO, Sueli. A miscigenação racial no Brasil. In: CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. – São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli. *Miscigenação*. In: Portal Geledés. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/miscigenacao/> > Acesso em: 17/05/2025.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Saete. Cronologia de Rogério de Campos. – São Paulo: Veneta, 2020.

ECO, Umberto. *História da beleza*. Tradução de Eliana Aguiar. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

ECO, Umberto. *História da feiúra*. Tradução de Eliana Aguiar. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. Apresentação de Lília Mortiz Schwarcz. 1ª edição digital. – São Paulo: Global Editora, 2013.

FOUCAULT, Michael. *Genealogia del racismo*. Traducción de Alfredo Tzveibel. La Plata, Argentina. Colección Caronte Ensayos, Editorial Altarima, 1993.

GALEANO, Eduardo. *A descoberta da América (que ainda não houve)*. – 3.ed. – Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatino americano: ensaios, intervenções e diálogos* / organização de Flavia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUDYNAS, Eduardo. *Extractivismos: ecologia, economia y política de um modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Bolívia: CEDIB, 2015.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Tradução de Bhuvi Libanio. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. – São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MILLS, Charles W. *The racial contract*. Cornell University. First printing, Cornell Paperbacks, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. – 2. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (PENESB). Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> > Acesso em: 04/08/2025

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> >. Acesso em: 08/11/2024.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista Del Cesla*. Disponível em: <

<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/369/365> > Acesso em: 22/07/2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. 2ª Edição. São Paulo: Veneta. 2020.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Donaldson M. Garschagen; prefácio de Lília Moritz Schwarcz. – 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. – 4ªed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

235

Artigo Recebido em: 21 de agosto 2025.

Artigo Aprovado em: 04 de setembro de 2025.